**A DIDÁTICA COMO TRANSPOSIÇÃO DO CONCEITO CIENTÍFICO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**.

**Ana Paula Silva Oliveira**

Graduanda em Pedagogia

*Universidade Estadual da Região*

*Tocantina do Maranhão- UEMASUL*

*anapaulla.047@gmail.com*

**Mariana Ribeiro Cardoso Sousa**

Graduanda em Pedagogia

*Universidade Estadual da Região*

*Tocantina do Maranhão- UEMASUL*

E-mail: maryrybery@gmail.com

**Jaine Silva Souza**

Graduanda em Pedagogia

*Universidade Estadual da Região*

*Tocantina do Maranhão- UEMASUL*

*E-mail: Jaine\_iasd@hotmail.com*

**Antônia da Silva Moura**

*Cursando Licenciatura em Pedagogia*

*Universidade Estadual da Região*

*Tocantina do Maranhão – UEMASUL*

*E-mail: antonia.moura14@gmail.com*

**Resumo:** Este trabalho tem por finalidade analisar as experiências de estágio nos Anos Iniciais e as implicações da didática do professor da Educação Infantil na transposição do conhecimento científico. Nesse sentido temos como ponto de partida a seguinte problemática: Quais as inferências da didática como mediação do saber científico almejando o desenvolvimento das funções mentais superiores na Educação Infantil? Considera-se que a educação é o meio pelo qual a criança se apropria do mundo exterior. Portanto, pretende-se por meio desta pesquisa bibliográfica e de campo refletir a partir das vivências de estágio na educação infantil e as implicações da didática do professor como uma dimensão ligada à vida social. Partindo dos seguintes objetivos: refletir como acontece a contextualização dos conhecimentos prévios da criança em conhecimento científico; descrever os fundamentos legais da Educação Infantil no contexto brasileiro; e discutir a função da Educação Infantil e o papel do educador. Visto que pretende-se considerar os caminhos para a realidade de ensino e seus fenômenos de aprendizagem que atualmente se deseja, através da obtenção do conhecimento duradouro.

**Palavras-chaves:** Didática. Educação Infantil. Estágio.

**1 INTRODUÇÃO**

O conhecimento teórico sobre os diversos fundamentos que embasam a Educação Infantil possibilitam um acervo de saberes que irão nortear a nossa prática pedagógica. Contudo, não se pode dissociar a teoria da prática e, como um complemento desses saberes tivemos a oportunidade de colocar em ação o aprendizado obtido através do Estágio Supervisionado na Educação Infantil.

O estágio possibilita uma visão mais abrangente da vida profissional, onde se observa o que se aprende na academia. Segundo Pimenta (1943) “a profissão de professor é também prática. E se o curso tem por função preparar o futuro profissional para praticar, é adequado que tenha a preocupação com a prática”.

A escola tem sido um espaço muito requisitado na sociedade, pois a mesma possui uma confiabilidade por parte dos cidadãos no que se refere às expectativas para o futuro. É nela que as crianças devem desenvolver interação com seus colegas, respeito pelos professores e pela gestão da escola bem como amplia a ideia de igualdade, além do desenvolvimento da aprendizagem.

Tais definições podem ser analisadas de forma teórica, mas é na prática que os conhecimentos obtidos se contextualizam e consentem em um saber concreto. Por essa razão, o estágio funciona como um aporte para a formação docente, pois permitirá um encontro com a prática educacional e uma atuação prévia na mesma.

A aprendizagem é a soma do conhecimento teórico com a atuação prática no seu campo de estudo. Por essa razão, é relevante para a formação do pedagogo o contato com a sala de aula em seu processo de aprendizagem. Segundo Vasconcellos (1956) “a sala de aula é o centro do acontecimento da educação escolar, pois a formação básica do educando se dá neste espaço de interação entre os sujeitos, mediados pela realidade”. Portanto, pretende-se por meio desta pesquisa bibliográfica e de campo analisar as experiências de estágio na Educação Infantil e as implicações da didática do professor da primeira etapa da educação básica, na transposição do conhecimento científico.

Pretende-se através da abordagem qualitativa refletir a seguinte problemática: Quais as inferências da didática como transposição do conhecimento científico na Educação Infantil? Considerando esse seguinte questionamento, temos como objetivos: refletir como acontece a contextualização dos conhecimentos prévios da criança em conhecimento científico; descrever os fundamentos legais da Educação Infantil no contexto brasileiro; e discutir a função da Educação Infantil e o papel do educador.

**2** **CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS PRÉVIOS DA CRIANÇA EM CONCEITOS CIENTÍFICOS.**

A eficácia do ensino deve ser uma busca constante para aqueles que planejam a educação. Um aprendizado de qualidade deve proporcionar condições adequadas para alcançar degraus fundamentais que possibilitam o crescimento moral, social e reflexivo sobre sua ação nessas esferas. Nessa análise, a escola possibilita um olhar apurado sobre elementos já conhecidos pelos alunos, saindo do conceito espontâneo para o conceito científico, no que concerne a transposição didática.

Na visão vigotskiana o desenvolvimento dos conceitos, dos significados das palavras, pressupõe o desenvolvimento de muitas funções intelectuais: atenção deliberada, memória lógica, abstração, capacidade para comparar e diferenciar. Nessa perspectiva, a instrução é uma das principais fontes dos conceitos da criança e do adolescente; determina o destino de todo o seu desenvolvimento mental ( funções intelectuais superiores- consciência refletida e controle deliberado) ( MENDONÇA E MILLER, 2006, p. 40).

De acordo com a teoria Histórico-cultural, o ser humano por não nascer dotado das características humanas, ele precisa aprendê-las por meio da mediação do outro mais experiente. Nesse aspecto, a escola se apresenta como principal meio para essa mediação, com a atuação do professor. Desde a tenra a idade o ser humana precisa se apropriar dos conhecimentos historicamente organizados, é por meio da escolarização que os conceitos espontâneos que a criança tem com suas experiências cotidianas são elevados aos conceitos científicos. “Os conceitos cotidianos se formam durante o processo da experiência pessoal da criança [...] ao passo que os conceitos científicos, que se formam no processo de instrução[...]” ( MENDONÇA E MILLER, 2006).

No que se refere a transposição didática, segundo (PERRENOUD, 1993, p.25), “é a essência do ensinar, ou seja, a ação de fabricar artesanalmente os saberes, tornando-os ensináveis, exercitáveis e passíveis de avaliação no quadro de uma turma, de um ano, de um horário, de um sistema de comunicação e trabalho”. Ela é formada por três partes distintas que se relacionam: *o saber do sábio*, que se refere ao saber dos cientistas; *o saber a ensinar*, atribuído aos professores e está relacionada à didática e o planejamento da aula e o terceiro, *o saber ensinado*, aquele que o aluno se apropria mediante as transposições científicas e pelos professores, Almeida (2011apud Chevallard 2011, p. 10).

Considerando as experiências do estágio realizado, deparei-me com alguns paradigmas interiorizados socialmente que se faziam presente na forma como rotulei alguns dos alunos, mesmos com pouca convivência com a turma. Crianças indisciplinadas, diferentes formas de socializar e de aprender, uma sala, uma mesma série, mas uma diversidade de características presentes no mesmo ambiente.

Segundo Arroyo (2007, p.53), essa visão unânime atribuída aos alunos não leva em consideração seus aspectos culturais e individuais.

Todos são alunos de diferentes gêneros, raças, classe social, idades, mas, em comum, alunos. É isso que interessa. Aí todos se igualam em uma imagem de alunos sem contornos, nem matrizes. Todos e todas nos parecem iguais, mudam cada ano, em cada série, mas nosso olhar pode ser genérico, distante e superficial.

Partindo desse ponto de analise, possibilitará ao educador um senso de responsabilidade e dedicação frente aos empasses do cotidiano escolar. Entendendo que por traz de cada aluno há uma história, dificuldades, sonhos, frustações e limitações. Atribuir o mesmo olhar para diferentes indivíduos é desconsiderar toda uma bagagem cultural e sua influência no processo educacional. “Toda inovação educativa tem de começar por rever nosso olhar sobre os alunos. Inclusive o repensar de nossa autoimagem docente tem tudo a ver como o repensar da imagem que dele fazemos” (ARROYO, 2007).

Um ensino pensado para o outro requer uma contextualização, considerando a realidade, e as características que norteiam o dia a dia do aluno é um meio indispensável para o professor que almeja um aprendizado satisfatório. Depreende-se que o discente é o sujeito de sua própria aprendizagem, no entanto cabe ao professor nortear o caminho rumo ao aprendizado. Respeitando o seu ser e o ritmo de aprender de cada um, considerando os diversos fatores envolvidos nesse percurso. Considerando o estágio supervisionado na educação infantil é possível perceber os muitos desafios existentes que o educador tende a enfrentar. Fato esse que reafirmar a importância de um conhecimento teórico que sirva de base para a sua ação pedagógica, no entanto essa base teórica não pode ser escolhida de forma aleatória, mas considerando a realidade, os recursos que estão disponíveis e os objetivos que se pretende alcançar.

**3 FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO**

**BRASILEIRO**

A definição da concepção de infância como compreendemos na atualidade, é um resultado de uma construção social que durou séculos. Na antiguidade a criança era vista como um adulto em miniatura, o ensino, o trabalho e as demais atividades designadas às crianças eram atribuídas a elas sem levar em consideração as suas especificidades (ARIÈS, 1981). Esse sentimento de valorização da infância surgiu, principalmente, com o surgimento do capitalismo, onde o papel social da criança foi redefinido, conferindo a elas a função de futuros produtores, exercendo dessa forma um papel na economia.

Em decorrência dessa realidade a Educação Infantil no Brasil foi vista por muitos anos como sendo assistencialista, há mais de um século ela passa a ser considerada como necessária, porém em cada legislação educacional os objetivos designados para o ensino infantil se diferem. A partir da Constituição de 1988 a Educação Infantil passa a ser um direito da criança de 0 a 6 anos (atualmente de 0 a 5 anos) e uma obrigação do Estado, por meio dos munícipios, com acesso a creches e pré-escolas (SANTOS, 2018, p.13).

Por essa razão, o ensino deve ser elaborado considerando a interação da criança com o meio e a interação com os objetos construídos pelos seres humanos ao longo da história. Em virtude disso, a escola assim como os professores precisam compreender o universo da criança em suas diferentes etapas, e que, em cada período ela possui uma forma de se relacionar com a realidade. De acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, este modelo de ensino é norteado pelas seguintes características.

É a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. (DCNEI, 2010, p.12).

Nesse sentido, as instituições de Educação Infantil devem levar em consideração todos os aspectos relevantes para o desenvolvimento da criança assim como, a sua singularidade, um planejamento pedagógico que respeite a infância e os direitos da criança, bem como o espaço adequado para que ela se desenvolva, com o intuito de obter os subsídios necessários para a sua formação.

Outro fator relevante é a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, pela Lei 8.069/90, que definiu e passou a regulamentar os direitos da criança e do adolescente. O ECA determina que os munícipios sejam responsáveis pela infância e adolescência, estabelecendo as diretrizes municipais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criando o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente (SANTOS, 2018, p.14). Dessa forma o ECA, busca estabelecer os direitos básicos a criança e o adolescente, exercendo a sua cidadania.

Acrescenta-se, ainda, a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), reconhecendo a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica e integrada ao sistema de ensino. Esse processo possibilitou o desenvolvimento de uma nova cultura e uma nova concepção de infância. Segundo a LDB em seu artigo 29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Portanto, ao analisar o trajeto do panorama nacional da Educação Infantil, pode-se observar como surgiu o despertar para a infância e como essa fase necessita de seriedade e compromisso da sociedade, da família e do Estado, para que, eles compreendam o seu papel social e possam contribuir na construção histórica.

**2.2 A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DO EDUCADOR**

A criança na visão da sociedade brasileira atual é um ser social munida de direitos que garantem o seu desenvolvimento, seja na área físico, mental, espiritual, moral e social. Um ser que tem capacidades afetivas, emocionais e cognitivas, ou seja, a criança é considerada cidadã, amparada por leis que garantem teoricamente todo o seu amparo em todas as áreas de sua vida, porém no exercício desta legislação não se nota o seu total cumprimento, tendo em vista a realidade que muitas crianças vivem hoje no nosso país.

Diante dessa realidade busca-se analisar a realidade das instituições que oferecem Educação Infantil, sob o olhar da legislação vigente que tem por objetivo amparar a criança, sabendo que a grande maioria das crianças, em especial das classes menos favorecidas estão nas creches desde sua pouca idade. Também é necessário pensar a forma como os educadores estão auxiliando no exercício da cidadania para essas crianças.

O professor em sala de aula tem o papel de integrar a criança para que ela venha a se desenvolver em todas as suas aéreas, e assim garantir que os direitos à criança sejam atendidos de forma eficiente. Tendo entendido a relevância que se tem a relação entre professor e aluno no exercício da cidadania se analisará alguns pontos que se destacam importante para compreender melhor os direitos a ser assistida a criança.

Toda criança tem direito de atenção especial em período de adaptação, diante dessa afirmação pode-se questionar, de que forma a prática do professor está auxiliando no período de adaptação da criança na escola para que facilite a sua integração? A realidade em muitas instituições de Educação Infantil não é muito favorável a essa afirmação, visto que este momento adaptativo por vezes é tratado de forma irrelevante e assim, possam descobrir o direito a atenção, que a criança necessita nesta fase.

A criança tem direito de demonstrar seus sentimentos, é papel do professor realizar atividades diversas em que as crianças sintam-se confortáveis para expressarem sentimentos de alegria ou tristeza, medo, segurança etc. Percebe-se a presença de adultos que inibem a ação da criança, desconsiderando suas ações e isso prejudica o desenvolvimento psicossocial dela, pois existe a possibilidade de se tornar um adolescente e por consequência um adulto tímido, ou que não saiba administrar conflitos.

É interessante analisar a afirmação que diz que toda criança tem direito ao desenvolvimento da identidade cultural, racial e religiosa, é neste momento que o educador deve “nadar contra corrente”, ou seja, o ambiente social midiático quer a todo custo, transmitir ideologias que vão contra a realidade da criança, sejam por meio da internet, jogos, televisão dentre outros e o professor no seu espaço escolar deve proporcionar as crianças atividades, jogos, brincadeiras planejadas de acordo com a realidade sociocultural de sua turma, demonstrando e fazendo-os reconhecer-se na sua cultura.

É na esfera do aprendizado, da mediação, que buscamos tratar o conceito de autonomia, posto que a entendemos como algo que não é possível aprender de maneira rotineira. É na relação com o conhecimento, com a cultura historicamente produzida pelos homens que a criança se formará como um sujeito autônomo, herdeiro das máximas qualidades humanas, deixadas como legado das gerações que a precederam. Desse modo, estamos aqui elegendo-a como uma função psicológica superior, na medida em que entendemos que um sujeito se torna autônomo quando passa a autorregular o seu pensamento e comportamento. (COUTINHO et al. p, 30)

As crianças têm por direito apropriar-se de um espaço estimulador e aconchegante que proporcionem o seu desenvolvimento e o seu aprendizado e devido a isso o professor de Educação Infantil tem que usar de toda criatividade para tornar a sua sala um ambiente para a criança, onde ela encontre interesse e goste de estar, um ambiente de companheirismo que estimule a vivência em grupo, preparando a criança para viver em sociedade, onde cada criança sinta-se livre para expressar-se da sua maneira, mas com regras que também a prepararem para a vida em sociedade que se inicia no âmbito familiar e logo após na escola.

As crianças têm a necessidade de serem ouvidos, muitos pensam que não é interessante conversar com elas, porém é por meio dessas conversas que o adulto gera a confiança na criança, estimula a sua imaginação, ajuda a criança a expressar a sua opinião,. O adulto não tem que ver a criança como um ser incapaz, mas como um ser que está em constante aprendizado e desenvolvimento, assim entende-se a importância de valorizar e respeitar a opinião da criança.

Por fim discute-se o direito da criança a ser respeitado, a ter seus gostos e preferências atendidas, não se estar falando aqui sobre aderir a todos os gostos da criança, mas perceber que ela tem personalidade, que ela já sabe expressar aquilo que sente e, portanto o que gosta de fazer, vestir, brincar, os seus desejos devem ser ouvidos e conversados. Neste momento é importante que o docente ouça a criança para gerar nela a sua criatividade, e assim proporcionar um momento de aprendizado.

Cada indivíduo possuem características diferenciadas, essa constatação, atribuída por Vygotsky é decorrente das diferentes atividades da criança no meio no qual está inserida, como destaca Almada (2015), é um processo de formação que atribui à singularidade de cada indivíduo.

Ao nascer, cada ser humano é igual a outros seres humanos nascidos em qualquer época histórica precedente, já que todos possuem apenas potencialidades naturais de se tornarem seres humanos históricos. Mas, desde o primeiro momento que toma contato com o mundo, ele inicia seu processo de humanização em um sentido que não é apenas natural, mais histórico. O que a criança ouve, manipula e vê, enfim, tudo que o adulto oferece a ela acumula-se em sua memória. Essas vivências e experiências são materiais para o ato criador que ela realizará mais tarde. (ALMADA, 2015, p. 65)

Ao considerar essa perspectiva, é importante enfatizar que a formação do ser humano é constituída com o uso da atividade, que são desenvolvidas historicamente e são adquiridas através da interação com o outro. Assim, os primeiros pontos de apoio para a realização da atividade criadora e da imaginação encontram-se, para a criança, em tudo aquilo que ela experimenta do mundo em que está inserida (ALMADA, 2015). Segundo a teoria Histórico-Cultural a educação e a transmissão da cultura são de suma importância para desenvolver suas capacidades psíquicas.

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dessa forma, o Estágio Supervisionado na Educação Infantil torna-se o alicerce para os futuros professores adquirirem uma dimensão da realidade escolar. Uma vez que, é durante o mesmo que descobrimos as várias situações que norteiam a prática do docente.

A experiência em sala de aula, tanto observando, quanto regendo, são imprescindíveis à formação do professor. Todas as etapas do estágio foram de suma importância e enriquecedoras para o nosso aprendizado.

A partir desse contato é possível perceber os muitos desafios existentes que o educador tende a enfrentar. Fato esse que reafirmar a importância de um conhecimento teórico que sirva de base para a sua ação pedagógica, no entanto essa base teórica não pode ser escolhida de forma aleatória, mas considerando a realidade, os recursos que estão disponíveis e os objetivos que se pretende alcançar.

Muitas são as incertezas durante a formação acadêmica, sobre o ambiente no qual irá trabalhar e os fatores que influenciam direta e indiretamente em seu profissionalismo. Partindo desse princípio os cursos de qualificação em docência aliam a teoria e a prática em sua grade curricular, permitindo que uma solidifique a ação da outra, permitindo aos acadêmicos observar e atuar em seu futuro campo profissional. Analisando como as diferentes áreas sociais se cruzam em um mesmo local, permitindo uma reflexão sobre a importância do professor e o seu papel frente a realidade na qual esta situado.

Os desafios fazem parte do dia a dia, mas cada ângulo lhe proporciona visões e situações divergentes, não é diferente na formação do discente, nesse percurso terá a oportunidade de conhecer o chão da escola, as diferentes práticas pedagógicas, a organização da instituição, e nesses encontros e desencontros construir-se profissionalmente. As dificuldades e desafios não devem ser encarados de forma negativa, mas sim como uma forma de repensar novos meios e possibilidades, elaborando sua prática docente incorporando o aprendizado teórico ao prático.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Geraldo Peçanha. **Transposição didática: por onde começar?** São Paulo. Cortez, 2 ed. 2011.

ARIÉS, Philippe. **A vida escolástica - História social da criança e da família**. p.186 (trad. Dora Flaksman) 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara,1986.

ARROYO, Miguel G. **Imagens Quebradas, trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis.** Vozes, 5ª Edição, 2009

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica.** – Brasília : MEC, SEB, 2010.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ. **Núcleo de Educação à distância:** C397 Ação docente na educação básica/ Lucilia Vernaschi de Oliveira, Alex Eduardo Gallo - Maringá - PR, 2010.145 p.

COUTINHO, Angela Scalabrin; DAY, Giseli e WIGGERS, Verena. **Práticas Pedagógicas na Educação Infantil: diálogos possíveis a partir da formação profissional.** São Leopoldo: Oikos; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.

LDB : **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em: www2.senado.leg.br > bitstream > handle. Horário de acesso às 21horas e 40 minutos.

MENDONÇA, Suelli G. de L.; MILLER, Stela. (orgs.). **Vigotski e a escola atual: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas.** Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2006.

SANTOS, Heloísa Cardoso Varão. **Educação Infantil** / Heloísa Cardoso Varão Santos. – São Luís: 2006.